

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

Vedação ao Ministro Presidente de examinar o pedido de liminar, já que não poderia ser relator (§ 9º do art. 67 do RISTF)

A **Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.102.228/0001-04, representativa dos interesses dos magistrados brasileiros, com sede no SCN, Quadra 2, Bloco D, Torre B, Sala 1302, Shopping Liberty Mall, Brasília-DF, CEP: 70712-903, por seus advogados, respeitosamente, à presença de V.Exa, propor a presente

ação direta de inconstitucionalidade

(CF, art. 102, I, a)

com

pedido de medida cautelar

(Lei n. 9.868/99, art. 10)

em face da Resolução n. 305, de 17 de dezembro de 2019 (disponibilizada no DJe-CNJ de 18/12/2019), do Conselho Nacional de Justiça, que legislou sobre matéria que não é de sua competência constitucional e o fez violando princípios constitucionais, nos termos e pelos fundamentos a seguir deduzidos.

I – Vício de inconstitucionalidade formal do art. 3º da Resolução ao dispor, inovando, sobre condutas passíveis de sanção disciplinar. Violação ao art. 93, caput, da CF

O ato normativo impugnado visa a estabelecer “*parâmetros para o uso das redes sociais por membros da magistratura*”, e, de acordo com a decisão que motivou sua edição, decorre diretamente da Constituição Federal (art. 103-B, § 4º), tendo ainda a pretensão de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, como se pode ver do seu enunciado e do seu primeiro considerando:

“Resolução n. 305 de 17 de dezembro de 2019.

Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário.

CONSIDERANDO que compete ao CNJ zelar pela autonomia e independência do Poder Judiciário, pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e pela observância do art. 37 da Constituição Federal, notadamente os princípios da impessoalidade e da moralidade, podendo, para tanto, expedir atos regulamentares, nos termos do art. 103-B, §4º, da Constituição Federal;”

A certeza de que o ato normativo está inovando no mundo jurídico, ao criar hipóteses de condutas que serão passíveis de sanção disciplinar, está clara na parte final do artigo 2º da Resolução:

“Art. 1º **Estabelecer os parâmetros** para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, de modo a compatibilizar o exercício da liberdade de expressão com os deveres inerentes ao cargo.

Art. 2º **O uso das redes sociais pelos magistrados deve observar os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, do Código de Ética da Magistratura Nacional, os valores estabelecidos nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e o disposto nesta Resolução.**”

Pouco importa que, no seu artigo 3º, tenha a Resolução disposto sobre “recomendações” à conduta dos magistrados -- que, em princípio, teriam natureza apenas pedagógica --, porque o que se extrai de cada qual delas é uma conduta própria, reprovável, tipificada para o fim de permitir a incidência das sanções disciplinadas previstas na LOMAN. Veja-se:

“Das Recomendações de Conduta

Art. 3º A **atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações:**

I – Relativas à presença nas redes sociais:

(...)

II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo:

(...)

III – Relativas à privacidade e à segurança:

(...)”

A expressão “deve observar” não pressupõe liberdade de conduta, mas imposição de conduta, tal como assinalado no voto vencido do Conselheiro Luciano Frota:

“A que se propõe o artigo 3º, recomendar ou impor condutas?”

À primeira vista, o dispositivo poderia indicar mera recomendação de conduta, sem força obrigacional. No entanto, leitura mais atenta conduz inevitavelmente a entendimento diverso. Vejamos.

Os artigos 1º e 2º do normativo proposto assim dispõem:

“Art. 1º Estabelecer os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, de modo a compatibilizar o exercício da liberdade de expressão com os deveres inerentes ao cargo.

Art. 2º **O uso das redes sociais** pelos magistrados **deve observar** os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, do Código de Ética da Magistratura Nacional, os valores estabelecidos nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e **o disposto nesta Resolução.**” (grifo nosso)

Como se vê, as disposições gerais do normativo já estabelecem o caráter obrigacional do disposto na Resolução, que não se coaduna com uma suposta natureza orientativa sugerida, *prima facie*, para as condutas descritas no artigo 3º.

Aliás, a redação do caput do artigo 3º é, por si, contraditória em relação à natureza da norma. Vejamos:

“Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais **deve observar as seguintes recomendações:**
(...)”

A expressão “**deve observar**” é **ordenatória, logo, exclui a possibilidade de se conferir ao dispositivo a natureza de Recomendação.**

Recomendar é apenas sugerir, aconselhar, orientar. Mas quando o teor da norma ganha contornos de obrigatoriedade, transmuda-se sua natureza, deixando de ser meramente orientativa para ser compulsória.

Uma vez aprovado, os magistrados brasileiros passarão a ser compelidos a adotar, a observar, a atentar, a abster-se e a evitar as condutas descritas nos diversos incisos e alíneas contidos no art. 3º do ato normativo proposto.

Na melhor das hipóteses, estar-se-á diante de um texto com redação dúbia, capaz de gerar controvérsias interpretativas na sua aplicação, mormente se considerada a natureza jurídica de uma Resolução.”

É certo que no art. 4º da Resolução o CNJ dispôs sobre as condutas vedadas aos magistrados, o que, em princípio, poderia sugerir que as condutas do art. 3º seriam apenas mera recomendação. Veja-se:

“Das Vedações

Art. 4º Constituem **condutas vedadas aos magistrados** nas redes sociais:
(...)”

A presença da **expressão “recomendar” não pode**, porém, ser aceita em sede de Resolução, (a) não apenas porque decorreu de inobservância da disciplina pertinente à natureza dos atos normativos expedíveis pelo CNJ, conforme previsto no seu Regimento Interno (b) como também, e principalmente, porque a Resolução possui efeito vinculante, incompatível, reafirme-se, com a pretensão de apenas recomendar. Nesse sentido observou o Conselheiro Luciano Frota:

*“Na melhor das hipóteses, **estar-se-á diante de um texto com redação dúbia, capaz de gerar controvérsias interpretativas na sua aplicação**, mormente se considerada a natureza jurídica de uma Resolução. É, portanto, risco que se corre sempre que a técnica redacional utilizada não permite clareza e precisão quanto aos objetivos colimados.*

Mas se a ideia do artigo 3º é tão somente recomendar aos magistrados as condutas nele apontadas, a questão se torna ainda mais grave, pois se estará diante de inadequação técnica, não apenas redacional, que compromete a aprovação do ato normativo.

Quando o escopo do ato é apenas orientar os tribunais ou os membros do Poder Judiciário quanto a procedimentos ou condutas, a espécie normativa própria é a Recomendação, para a qual o Regimento Interno deste Conselho não confere efeito vinculante. *A meu juízo, e com a devida vênia, não se revela tecnicamente adequado, à luz do próprio Regimento Interno, que normas pretensamente orientativas, logo, sem natureza compulsória, integrem o texto de uma Resolução, pois findam por assumir o caráter cogente peculiar à espécie normativa escolhida.*

Se o objetivo do art. 3º da proposta de Resolução não é obrigar os seus destinatários, mas apenas orientá-los em suas condutas no uso das redes sociais, o conteúdo apresentado deveria constar de Recomendação, como, aliás, aponta o Regimento Interno do CNJ.

Toda espécie normativa está submetida a uma técnica de elaboração, que lhe confere estrutura redacional própria, capaz de permitir compreensão e repercussão jurídicas adequadas.

Claro que mesmo os atos normativos que não observam a melhor técnica podem produzir efeitos no mundo jurídico, desde que cumprido o procedimento próprio para sua aprovação. Mas isso não é o recomendável e nem o desejável, pois pode trazer consequências deletérias para sua aplicação, comprometendo o escopo almejado, como demonstrado no caso presente.

*Por esses fundamentos, considerando os aspectos formais apontados, **proponho a não aprovação da proposta de Resolução.**”*

A crítica feita ainda durante o processo legislativo/normativo de elaboração da norma, apontando para a inobservância do próprio Regimento Interno do CNJ, **resulta na inconstitucionalidade formal, porque as Resoluções contemplam normas com efeito vinculante**, que, tratando de infração disciplinar, somente poderiam ser veiculadas no Estatuto da Magistratura ou na Constituição Federal.

Aliás, na exposição de motivos contida no voto do em. Conselheiro relator consta expressamente a informação de que *“o Grupo de Trabalho designado pela Portaria n. 91/2019 preocupou-se em produzir uma normativa unificada, **dotada simultaneamente de caráter pedagógico e disciplinar**, com regras e recomendações claras e diversificadas voltadas à orientação e proteção dos próprios juízes”*.

Está aí a confissão do CNJ quanto a inconstitucionalidade perpetrada, ao inserir em Resolução -- que possui efeito vinculante -- condutas que devem ser observadas pelos magistrados, sob a forma de recomendação.

Pretendeu, de forma clara e confessada, produzir uma “*normativa unificada, dotada simultaneamente de caráter pedagógico e disciplinar*” e não apenas pedagógico.

Se o voto vencido do Conselheiro Luciano Frota criticou a forma adotada pelo CNJ, afirmando que “*estar-se-á diante de um texto com redação dúbia, capaz de gerar controvérsias interpretativas na sua aplicação*”, pode a AMB afirmar que não há sequer essa dubiedade, porque ao final do processo de edição de ato normativo, o CNJ resolveu manter no texto da Resolução matéria típica de Recomendação, contemplando condutas tidas como reprováveis que deverão ser compulsoriamente observadas pelos magistrados.

O descumprimento da disciplina prevista no Regimento Interno do CNJ acarretou, necessariamente, a produção de um ato normativo que viola, a mais não poder, o art. 93, caput, da CF, porque, ao contrário das afirmações contidas no voto do eminente Ministro Presidente do CNJ -- e também do eminente Conselheiro relator -- no sentido de que o Conselho “*pode e deve fixar diretrizes para orientação dos magistrados*”, **o simples fato de condutas tidas como reprováveis, terem sido inseridas em ato normativo de efeito vinculante, transforma as mesmas em normas proibitivas de conduta.**

A recomendação veiculada em Resolução, contendo uma hipótese de conduta reprovável nova e destacada ou de imposição de conduta a ser observada necessariamente, deixa de ter a natureza de recomendação e passa a ter a natureza de infração, com consequências disciplinares óbvias.

Afinal, a verificação de não observância das “recomendações” previstas na Resolução, permitirá a instauração de processo disciplinar visando a imposição de sanção administrativa.

Em situação rigorosamente assemelhada a essa -- de criação de uma conduta reprovável aos magistrados em ato normativo -- esse STF conheceu e julgou procedente ADI que impugnou ato normativo editado por determinado TRT, sob o fundamento de que as matérias relativas aos deveres funcionais dos magistrados somente poderiam estar contidas, com efeito vinculante, no Estatuto da Magistratura:

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PROVIMENTO Nº 8, DE 25.09.01, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO. SENTENÇA ANULADA PELO TRT. NOVA DECISÃO A QUO QUE REPRODUZ OS MESMOS FUNDAMENTOS QUE MOTIVARAM A ANULAÇÃO DA SENTENÇA ANTERIOR. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DO TRIBUNAL. MATÉRIA RELATIVA AOS DEVERES FUNCIONAIS DO JUIZ. ESTATUTO DA MAGISTRATURA. ART. 93, CAPUT DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. A decisão do Tribunal que dá provimento ao recurso para anular a decisão impugnada não substitui o ato recorrido, mas se restringe a cassá-lo, por ilegalidade, após reconhecer a existência de vício de atividade ou error in procedendo. 2. Se, por um lado, o magistrado é livre para reapreciar o mérito da causa, podendo, até mesmo, chegar a veredicto coincidente àquele emitido anteriormente (momento em que se estará dando plena aplicabilidade ao princípio da independência do magistrado na apreciação da lide), por outro, de acordo com sistemática processual vigente, a ele é vedado alterar, modificar ou anular decisões tomadas pelo órgão superior por lhe faltar competência funcional para tanto. A ele cabe cumprir a decisão da Corte ad quem, sob pena de ofensa à sistemática constitucional da repartição de competência dos órgãos do Poder Judiciário. Fenômeno da preclusão consumativa pro iudicato. 3. **Longe de configurar uma mera explicitação ou uma recomendação reforçativa da obrigação do magistrado de obediência às disposições legais, recortou o ato impugnado determinada conduta do universo das ações que traduzem violação àquele dever, atribuindo a esta autônoma infração grave e exclusiva valoração negativa que se destaca do comando genérico do dever de respeito à lei, dirigido a todos os juízes.** 4. Ao criar, mediante Provimento, infração nova e destacada, com conseqüências obviamente disciplinares, incorreu a Corte requerida em inconstitucionalidade formal, tendo em vista o disposto no art. 93, caput da Carta Magna. 5. Ação direta cujo pedido se julga procedente.”*
(ADI 2885, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 18/10/2006, DJ 23-02-2007 PP-00016 EMENT VOL-02265-01 PP-00090)

A relevância do precedente está não apenas no fato de esse STF ter julgado a ação improcedente, mas igualmente no fato de que os votos vencidos apontavam para a improcedência por não verificar no ato normativo impugnado uma força vinculante, ou uma norma jurídica. Seria, nas palavras do Ministro Marco Aurélio, “um texto simplesmente pedagógico” porque não havia previsão de uma pena específica para aquela conduta.

Esse raciocínio pode ser aplicado no presente caso, para o fim de ser dada interpretação conforme, no sentido de que as condutas previstas no art. 3º sejam tidas como de natureza apenas “recomendatórias”, sem força vinculante pelo fato de estarem inseridas em Resolução.

Afinal, estar-se-ia diante de um texto com duas interpretações possíveis, mas somente uma seria constitucional -- observando o princípio da legalidade e do art. 93, caput, da CF --, a saber, o de que as condutas previstas no art. 3º não tem força vinculante aos magistrados.

No caso sob exame o CNJ criou normas que, formalmente, poderiam estar previstas no Estatuto da Magistratura, caso o Poder Legislativo tivesse tido a possibilidade de exercer a sua missão em face de eventual projeto de lei complementar enviado por esse STF, nos termos do art. 93, caput, da CF.

Não o fez e, por isso, nenhum órgão administrativo (CNJ) poderá fazê-lo, d.v., sem incidir no vício de inconstitucionalidade, d.v.

II – Vício de inconstitucionalidade formal do inciso II do art. 4º da Resolução ao acrescentar conduta vedada não prevista no inciso III do § único do art. 95 da CF

Acresce que não são apenas as condutas do art. 3º que estão incidindo no vício formal de inconstitucionalidade. Também a conduta contida no inciso II do art. 4º padece desse vício, como se pode ver do seu texto:

*“II – **emitir opinião que demonstre atuação** em atividade político-partidária **ou manifestar-se em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos** (art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal; art. 7º do Código de Ética da Magistratura Nacional);”*

Com efeito, a despeito de a parte final do inciso II do art. 4º fazer referência ao art. 95, § único, inciso III, da CF, a leitura dessa norma revela que ela possui conteúdo que vai muito além da vedação contida no texto constitucional, que se restringe a vedar que o magistrado se “dedique a atividade político partidária”. Veja-se:

*“Art. 95. (...)
Parágrafo único. Aos juízes é vedado:
(...)
III - **dedicar-se a atividade político-partidária.**”*

O CNJ acrescentou ao inciso III do art. 95 da Constituição Federal tanto a simples emissão de “**opinião que demonstre atuação em atividade político-partidária**” como a manifestação “**em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos**”

Não pode haver vício formal mais evidente e manifesto, d.v., pois confessadamente o CNJ acrescentou ao texto da Constituição Federal condutas que nele não estão contidas.

III – Vício de inconstitucionalidade material do inciso II do art. 4º e também art. 3º da Resolução ao disporem, inovando, sobre condutas passíveis de sanção disciplinar. Violação ao art. 5º, IV, V e IX, da CF (liberdade de manifestação de pensamento e de expressão)

Admitindo-se, com base no princípio da eventualidade, que essa Corte venha a recusar a alegação de vício de inconstitucionalidade formal das condutas previstas no art. 3º e no inciso II, do art. 4º, haverá, certamente, de acolher o **vício de inconstitucionalidade material**, por estar impondo **condutas que afrontam o livre direito de manifestação de pensamento e de expressão** (CF, art. 5º, IV, V e IX).

As condutas consideradas (a) próprias para serem observadas (b) ou impróprias para não serem observadas [No inciso I: “a” adotar postura, “b” observar, “c” atentar, “d” abster-se de utilizar; No inciso II: “a”, “b”, “c” e “e”, evitar, “d”, procurar apoio; e “f” abster-se, “; No inciso III: “a”, atentar, “b” conhecer, e “c” evitar], são as seguintes:

“Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais **deve observar** as seguintes recomendações:

I – Relativas à presença nas redes sociais:

- a) **adotar postura seletiva** e criteriosa para o ingresso em redes sociais, bem como para a identificação em cada uma delas;
- b) **observar que a moderação**, o decoro e a conduta respeitosa devem orientar todas as formas de atuação nas redes sociais;
- c) **atentar que a utilização de pseudônimos** não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes; e
- d) **abster-se de utilizar a marca ou a logomarca da instituição** como forma de identificação pessoal nas redes sociais.

II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo:

- a) **evitar expressar opiniões** ou compartilhar informações que possam prejudicar o conceito da sociedade em relação à independência, à imparcialidade, à integridade e à idoneidade do magistrado ou que possam afetar a confiança do público no Poder Judiciário;
- b) **evitar manifestações** que busquem autopromoção ou que evidenciem superexposição;
- c) **evitar manifestações** cujo conteúdo, por impróprio ou inadequado, possa repercutir negativamente ou atente contra a moralidade administrativa, observada sempre a prudência da linguagem;
- d) **procurar apoio institucional** caso seja vítima de ofensas ou abusos (*cyberbullying, trolls e haters*), em razão do exercício do cargo;
- e) **evitar expressar opiniões** ou aconselhamento em temas jurídicos concretos ou abstratos que, mesmo eventualmente, possam ser de sua atribuição ou competência jurisdicional, ressalvadas manifestações em obras técnicas ou no exercício do magistério; e
- f) **abster-se de compartilhar conteúdo** ou a ele manifestar apoio sem convicção pessoal sobre a veracidade da informação, evitando a propagação de notícias falsas (*fake news*);

III – Relativas à privacidade e à segurança:

- a) **atentar para o fato de que o uso das redes sociais**, sem as devidas precauções, e a exposição de informações e dados relacionados à vida profissional e privada podem representar risco à segurança pessoal e à privacidade do magistrado e de seus familiares;
- b) **conhecer as políticas, as regras** e as configurações de segurança e privacidade das redes sociais que utiliza, revisando-as periodicamente;
- c) **evitar seguir pessoas e entidades nas redes sociais** sem a devida cautela quanto à sua segurança;

Parágrafo único. É estimulado o uso educativo e instrutivo das redes sociais por magistrados, para fins de divulgar publicações científicas, conteúdos de artigos de doutrina, conhecimentos teóricos, estudos técnicos, iniciativas sociais para a promoção da cidadania, dos direitos humanos fundamentais e de iniciativas de acesso à justiça.”

E no inciso II do art. 4º, está posta a conduta vedada:

“Art. 4º. (...)

II – emitir opinião que demonstre atuação em atividade político-partidária ou manifestar-se em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos (art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal; art. 7º do Código de Ética da Magistratura Nacional);”

Ao divergir do voto do relator, o Conselheiro Luciano Frota apresentou os seguintes fundamentos voltados para demonstrar a violação ao princípio da legalidade, assim como da liberdade de manifestação de pensamento e de expressão:

“Além da inadequação técnica e da inoportunidade da regulamentação proposta, penso que o seu conteúdo material também não se coaduna com os ditames constitucionais e legais.

Vale repisar que a proposta apresentada tem por objetivo regulamentar o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, e, com essa perspectiva, fixa balizas de comportamentos, estabelece critérios para utilização das diversas ferramentas de comunicação virtual, além de impor limites para expressão do pensamento pelos magistrados brasileiros.

Muito embora, à primeira vista, possa parecer uma mera carta de recomendação e um conjunto de vedações já previstas em lei, trata-se, na verdade, de uma regulamentação imperativa que, a meu juízo, padece não apenas dos vícios formais já apontados, mas também trafega na contramão dos direitos fundamentais previstos na Carta Constitucional.

A Constituição de 1988, erigida sob o paradigma do Estado Democrático de Direito, representa a transição de um modelo institucional permeado pelo arbítrio, para um novo tempo de liberdade e de respeito aos valores humanos.

Não por acaso, a Carta de 1988 foi alcunhada por Ulisses Guimarães como o documento da liberdade, pois consagrou o princípio democrático em sua dimensão material, vinculando-o à realização de determinados valores, dentre os quais o da garantia dos direitos fundamentais.

Na lição de J. J. Gomes Canotilho, “os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático” (CANOTILHO. J. J. Gomes, Curso de Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª Edição), o que implica, dentre outros significados, em assegurar o pleno exercício das liberdades públicas, nelas inseridas as liberdades de associação, de formação de partidos e de manifestação de pensamento e de expressão.

A liberdade de manifestação de pensamento e de expressão, constitucionalmente tutelada nos incisos IV, V e IX do art. 5º da Constituição da República, possibilita a toda pessoa revelar publicamente a sua opinião, as suas convicções ou seu entendimento sobre qualquer fato da vida social ou política.

Como bem pontuou a eminente Ministra Carmem Lúcia, em seu voto paradigmático na ADI 4815: “quem, por direito, não é senhor do seu dizer, não se pode dizer senhor de qualquer direito”. E foi nessa trilha de garantia dos direitos fundamentais, que a Convenção Americana de Direitos Humanos dispôs sobre a liberdade de expressão em seu art. 13, verbis:

“Art. 13.

(...) 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha”.

Em abril de 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, aprovou uma Declaração de Princípios sobre Liberdade Expressão, estabelecendo, já em seu primeiro enunciado, que a “liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática”.

Evidentemente que a liberdade de expressão não se trata de direito absoluto, a ser exercitado sem qualquer limite. Como bem pontua Bernardo Gonçalves Fernandes, e que, nesse particular, espelha a corrente majoritária, “a liberdade de expressão é limitada por outros direitos e garantias fundamentais como a vida, a igualdade, a integridade física, a liberdade de locomoção”, assim como “não pode ser usada para manifestações que venham a desenvolver atividades ou práticas ilícitas (antisemitismo, apologia ao crime e etc.)” (FERNANDES. Bernardo Gonçalves, Curso de Direito Constitucional, 10ª edição, pag. 440, 2018.).

Portanto, a relativização do direito à liberdade de pensamento e de expressão somente pode ocorrer nas situações excepcionais, nas quais estão em jogo outros direitos fundamentais. E, contrariamente ao que preconiza o preâmbulo da proposta de Resolução, não será o exercício do direito inalienável do magistrado de expressar publicamente uma opinião que tornará o Poder Judiciário menos independente, menos imparcial e menos íntegro.

A Constituição Federal, ao dispor sobre a liberdade de pensamento e de expressão, afastou a possibilidade de censura de qualquer natureza, que, ainda na lição de Bernardo Gonçalves Fernandes, tem o conceito jurídico “de ação governamental de caráter prévio e vinculante sobre o conteúdo de uma determinada mensagem” (FERNANDES. Bernardo Gonçalves, Curso de Direito Constitucional, 10ª edição, pag. 440, 2018.).

Importa dizer: a edição de ato normativo que limita a livre manifestação do pensamento, definindo, a priori, as condutas que representam a suposta extrapolação desse direito, configura censura prévia, que não tem guarida constitucional, a teor dos incisos IV e IX do art. 5º e § 2º do art. 220, ambos da Constituição Federal.

A propósito, o artigo 13 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos vedou também qualquer forma de censura prévia que seja capaz de inviabilizar a livre manifestação do pensamento, sem prejuízo de obrigações ulteriores que possam ser geradas.

Vejamos:

“Art. 13.

(...) 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar:

a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou

b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.”

Em idêntico sentido está a Declaração de Princípios sobre Liberdade Expressão, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que dispôs:

“5. A censura prévia, a interferência ou pressão direta ou indireta sobre qualquer expressão, opinião ou informação através de qualquer meio de comunicação oral, escrita, artística, visual ou eletrônica, deve ser proibida por lei. As restrições à livre circulação de ideias e opiniões, assim como a imposição arbitrária de informação e a criação de obstáculos ao livre fluxo de informação, violam o direito à liberdade de expressão.”

A liberdade de expressão deve ser vista não apenas como um direito individual fundamental, mas sobretudo como um direito coletivo que favorece a sociedade e fortalece a democracia, pois permite a circulação de ideias, o debate plural e o exercício da tolerância, que são alicerces essenciais para qualquer ambiente de liberdade democrática.

Como bem pontua a Relatoria para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a quem cabe interpretar a Convenção e a Declaração de Princípios já citadas, “só há uma sociedade verdadeiramente livre se esta puder manter um debate público rigoroso sobre si mesma” (BUCCI. Daniela, Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão – Limites Materiais, Editora Almedina, pag. 42.).

A normatização proposta, com a devida vênia, impõe regras de condutas aos magistrados para além dos limites constitucionais, cerceando o direito fundamental de livre manifestação e de expressão por meio de uma prévia censura.

Há, no caso, uma flagrante inversão valorativa no que tange à preservação dos direitos fundamentais, pois prioriza-se a mitigação da liberdade de expressão, em vez de se limitar a coibir os eventuais abusos dentro de cada caso concreto.

E os exemplos são correntes no normativo proposto, como no caso do inciso II do art. 4º, que veda ao magistrado, nas redes sociais, a crítica pública a candidatos, lideranças políticas ou partidos políticos, ou mesmo nas recomendações proibitivas do artigo 3º, como a de não expressar opiniões sobre temas jurídicos abstratos (letra “g” do art. 3º), apenas para ficar nesses dois exemplos.

E aqui, mais uma vez, oportuno transcrever trecho do voto da Ministra Carmem Lúcia no julgamento da ADI 4815:

“(…) Há o risco de abusos. Não apenas no dizer, mas também no escrever. Vida é experiência de riscos. Riscos há sempre e em tudo e para tudo. Mas o direito preconiza formas de serem reparados os abusos, por indenização a ser fixada segundo o que se tenha demonstrado como dano. O mais é censura. E censura é forma de ‘calar a boca’. Pior: calar a Constituição, amordaçar a liberdade, para se viver o faz de conta, deixar-se de ver o que ocorreu.”

Para além da afronta à liberdade de manifestação de pensamento e de expressão, a proposta de normativo também dispõe sobre condutas a serem observadas pelos magistrados que não estão albergadas pela lei, infringido, assim, o inciso II do art. 5º da CF, verbis:

“II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

É o caso, por exemplo, da “recomendação” contida na letra “e” do art. 3º, que determina ao magistrado “evitar embates ou discussões, inclusive com a imprensa, não devendo responder pessoalmente a eventuais ataques recebidos”, bem como o de vedação de crítica pública a personagem da cena política, mesmo não sendo candidato (inciso II do art. 4º).

Portanto, também sob o aspecto do conteúdo material, voto no sentido da não aprovação do ato normativo proposto, e assim o faço pelas razões acima aduzidas, mais precisamente por entender que há ofensas aos direitos fundamentais dos magistrados, mormente quanto às liberdades constitucionais que são caras ao Estado Democrático de Direito, bem como, por constituir situações configuradoras de censura prévia e atentar contra o princípio da legalidade.

Estão aí todos os fundamentos necessários para o fim de se considerar nulas as hipóteses contidas no artigo 3º da Resolução aqui impugnada, aos quais a AMB se reporta.

* * *

Já na parte que toca à vedação contida no inciso II do art. 4º a ofensa aos princípios constitucionais da liberdade de manifestação de pensamento e de expressão (art. 5º, IV, V e IX, da CF) é mais grave e evidente, d.v..

Basta dizer, como já se disse no capítulo antecedente, que a Resolução promoveu claramente um aditamento ao texto do inciso III, do § único do art. 95 da CF.

A norma é confessadamente **ampliativa ao conceito de atividade político-partidária**, ao abandonar o texto constitucional (vedação a **dedicar-se** à atividade político-partidária) e passar a estabelecer a vedação à emissão e **opinião que demonstre atuação** político-partidária ou **manifestação de apoio ou crítica** a candidatos, lideranças políticas ou partidos política.

Ora, qual o problema de um magistrado emitir uma opinião político-partidária, se a vedação constitucional está vinculada ao verbo “dedicar-se”, que jamais poderia ser comparada com a simples emissão de uma opinião ? E qual o problema de um magistrado manifestar-se favoravelmente ou criticamente a determinado candidato, partido político ou liderança política ? Salvo melhor juízo não há qualquer problema. **Não pode estar vedada a veiculação de sua opinião a respeito de determinado candidato, liderança política ou partido-político em redes sociais.**

Conduta como essa em nada pode afetar a dignidade e o prestígio do Poder Judiciário brasileiro ou ainda arranhar os princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.

Esses princípios somente poderiam ser contrariados se a opinião ou manifestação fosse veiculada por um magistrado com atuação direta na Justiça Eleitoral e, mesmo assim, contemporânea a essa atuação.

Nesses casos, tanto o magistrado poderia se dar por suspeito para julgar algum processo, como poderia ser objeto da exceção de suspeição a ser julgada pelo Poder Judiciário. Esse é o devido processo legal que deve ser observado, d.v.

* * *

A questão em debate é relevante para a magistratura, em razão da dimensão que tem tomado as manifestações dos cidadãos nas redes sociais, ambiente onde prevalece uma liberdade de expressão nunca antes vista.

Na Resolução n. 305 o CNJ definiu as redes sociais por ela referidas:

“Art. 2º O uso das redes sociais pelos magistrados deve observar os preceitos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, do Código de Ética da Magistratura Nacional, os valores estabelecidos nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e o disposto nesta Resolução.

*Parágrafo único. **Consideram-se rede social todos os sítios da internet, plataformas digitais e aplicativos de computador ou dispositivo eletrônico móvel voltados à interação social, em grupos públicos e/ou privados, que possibilitem a comunicação, a criação ou o compartilhamento de mensagens, de arquivos ou de informações de qualquer natureza.**”*

É nesse ambiente, assim como nas mensagens trocadas entre endereços eletrônicos institucionais (e-mails) ou outros meios como whatsapp e congêneres que a Resolução pretendeu intervir.

Necessário fazer o registro de que algumas das recomendações, sugere a ocorrência de uma precedente quebra do princípio da inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações, prevista no inciso XII, do art. 5º da CF, porque eventualmente seriam mensagens enviadas para destinatários certos que estariam sendo retransmitidas ou repassadas para pessoas que não eram as destinatárias originárias.

Da mesma forma, nas mensagens trocadas por whatsapp ou similar, porque também com relação a essas o pressuposto é de que se está diante de mensagens com “remetente” e “destinatários” certos e conhecidos, razão pela qual o conhecimento do teor por outras pessoas pressupõe a quebra, no mínimo, da confiança dos destinatários com o remetente.

Feito esse registro, passa a AMB à **demonstração da violação dos princípios constitucionais da liberdade de manifestação de pensamento e de expressão** (CF, art. 5º, IV, V e IX) que a Resolução do CNJ está incorrendo.

Para tanto pede licença para invocar parecer *pro bono* oferecido pelo eminente Professor de Direito Constitucional da UERJ, Dr. Daniel Sarmiento, para magistrados do Estado do Rio de Janeiro que foram injustamente processados -- inicialmente perante a Corregedoria do TJRJ e, posteriormente, perante a Corregedoria Nacional de Justiça -- no qual tratou do tema pertinente à LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MAGISTRADOS.

A proficiência do trabalho merece destaque e reprodução para fundamentar essa ação. Disse o eminente Professor:

“3. A liberdade de expressão dos magistrados

A liberdade de expressão é um direito universal, titularizado por todas as pessoas. Daí porque, naturalmente, os magistrados também são protegidos por esse direito fundamental, do qual não são privados quando investidos em sua nobre função pública.

Isso, porém, não resulta na impossibilidade de imposição de algumas restrições específicas ao exercício da liberdade de expressão por juízes. Na dogmática dos direitos fundamentais, a hipótese corresponde ao que a doutrina designa como “relação especial de poder” ou “relação especial de sujeição”, que ocorre quando “a necessidade de viabilizar o adequado funcionamento das instituições estatais impõe a limitação dos direitos fundamentais dos indivíduos que a integram”. Nas relações especiais de sujeição – que também podem envolver, por exemplo, servidores públicos, militares, estudantes, presidiários etc – aceita-se a imposição de certas restrições a direitos fundamentais que não são extensivas a outras pessoas. Porém, essas limitações são juridicamente admissíveis apenas se, além de proporcionais, guardarem estrita conexão com os objetivos constitucionais das instituições públicas às quais tais pessoas estão vinculadas.

*Nesses termos, é legítimo limitar a liberdade de expressão dos juízes no afã, por exemplo, de preservar o sigilo imposto a certos processos judiciais, ou de resguardar a imparcialidade – e a aparência de imparcialidade – dos magistrados. Essas são limitações estritamente ligadas ao adequado exercício da função jurisdicional. **Porém, restrições radicais, que toquem o núcleo essencial da liberdade de expressão – como a vedação a manifestações sobre temas controvertidos de natureza política – violariam gravemente a Constituição.***

Nesse sentido, os “Princípios Básicos das Nações Unidas relativos à Independência do Judiciário” reconhecem que **“os membros da magistratura gozarão das liberdades de expressão, crença, associação e reunião, com a ressalva de que, no exercício destes direitos, os juízes se conduzam em todo momento de modo que preserve a dignidade de suas funções e a imparcialidade e independência da magistratura”** (princípio 8). Na mesma trilha, o Relator Especial das Nações Unidas sobre Liberdade de Expressão, o Relator Especial da Organização dos Estados Americanos sobre Liberdade de Expressão e o Representante sobre Liberdade de Imprensa da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa publicaram uma “Declaração Conjunta sobre a Liberdade de Expressão e a Administração da Justiça” (Joint Declaration on Freedom of Expression and the Administration of Justice),²⁶ em que consignaram:

“O direito dos juízes à liberdade de expressão, e a comentar a respeito de assuntos de interesse público deve se sujeitar apenas a restrições estritamente delimitadas que sejam necessárias para proteger a sua independência e imparcialidade”.

De modo similar decidiu a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao apreciar recentemente o caso *López Lone y otros vs. Honduras*, que tem indistintas semelhanças com o que é objeto desta Consulta. Naquele caso, quatro magistrados hondurenhos haviam sido afastados de suas funções jurisdicionais, por decisão do próprio Poder Judiciário, por terem se manifestado publicamente qualificando como golpe de estado a destituição do Presidente da República José Manuel Zelaya Rosales, realizada pelo Congresso do país, com o apoio das Forças Armadas. O afastamento dos juízes foi invalidado pela Corte Interamericana, e um dos argumentos empregados pelo tribunal – ao qual, como se sabe, o Brasil está sujeito – parece talhado para o caso presente:

“169. Até o momento, a Corte não se pronunciou sobre o direito a participar da política, a liberdade de expressão e o direito de reunião de pessoas que exercem funções jurisdicionais, como no presente caso. A respeito, é importante ressaltar que a Convenção Americana garante estes direitos a toda pessoa, independentemente de qualquer outra consideração (...). Sem embargo, como se assinalou anteriormente, tais direitos não são absolutos, e por isso podem ser objeto de restrições compatíveis com a Convenção (supra par. 168). Devido a suas funções na administração da justiça, em condições normais do Estado de Direito, os juízes e juízas podem estar sujeitos a restrições distintas e em sentidos que não afetariam a outras pessoas, incluindo outros funcionários públicos.
(...)

172. A respeito, existe um consenso regional quanto à necessidade de restringir a participação dos juízes nas atividades político-partidárias, sendo que em alguns Estados, de forma mais geral, se proíbe qualquer participação na política, salvo a emissão de voto nas eleições. Sem embargo, a faculdade dos Estados de regular ou restringir estes direitos não é discricionária e qualquer limitação aos direitos consagrados na Convenção deve ser interpretada de maneira restritiva. **A restrição à participação em atividades de tipo partidário aos juízes não deve ser interpretada de maneira ampla, de forma que impeça que os juízes participem em qualquer discussão de índole política.**” (grifei)

Assentadas estas premissas, **cabe interpretar o disposto no art. 95, Parágrafo único, inciso III, da Constituição**, que determina ser vedado os juízes “dedicar-se à atividade político-partidária”. Tal dispositivo, **de acordo com o magistério de Gilmar Ferreira Mendes e de Lênio Streck**, é “vedação **destinada a garantir, institucionalmente, as condições objetivas de imparcialidade do magistrado**”. O preceito objetiva, portanto, **impedir que a imparcialidade judicial seja comprometida pela ligação do magistrado com partidos políticos, que podem ter interesses diretos ou indiretos no equacionamento de conflitos submetidos à apreciação jurisdicional.**

A interpretação do referido preceito, além de atenta à sua teleologia, não pode se desconectar do sistema constitucional, em que desponta, pela sua importância capital, o direito à liberdade de expressão. Em outras palavras, não se deve interpretar a vedação constitucional em causa de modo a sacrificar em demasia a liberdade de expressão dos juízes. Afinal, já se assentou acima que a liberdade de expressão é um direito de importância ímpar na ordem constitucional brasileira, e não há dúvida de que, no núcleo essencial desse direito figura o debate de controvérsias políticas relevantes – como certamente o é impeachment de uma Presidente da República. Já se demonstrou, também, que as restrições à liberdade de expressão devem ser interpretadas restritivamente, de modo a não se comprometer a essência deste direito.

Nesse contexto, torna-se evidente que o art. 95, Parágrafo único, inciso III, da Constituição não pode ser compreendido de modo a proscrever manifestações dos juízes em temas de natureza política, por mais controvertidos que estes sejam. Os juízes, é certo, não podem se filiar a partidos ou engajar-se em campanhas eleitorais. Mas a vedação não os priva do direito de se expressarem sobre questões de índole política, e é natural que as suas manifestações eventualmente convirjam com as posições adotadas por determinadas agremiações partidárias.

(...)

Dar à vedação constitucional imposta art. 95, Parágrafo único, inciso III, da Constituição, interpretação tão elástica, de modo a impedir manifestações públicas de magistrados sobre temas políticos, não se compatibiliza com a garantia da liberdade de expressão, que, como já destacado, configura “liberdade preferencial” na ordem jurídica brasileira, devendo guiar a interpretação das normas que possam restringir o seu alcance.

É certo que, considerando o objetivo da vedação constitucional ao exercício de atividade político-partidária por magistrados – garantir a imparcialidade jurisdicional –, seria até razoável afirmar a ilegitimidade das manifestações dos juízes sobre temas de índole política, proferidas fora dos autos processuais, que fossem relacionadas a controvérsias submetidas à sua apreciação, ou que pudessem vir a sê-lo. Não seria impróprio, por exemplo, punir-se por afronta à vedação constitucional um juiz eleitoral que discursasse em ato público contra a gestão de um prefeito, candidato à reeleição. Uma manifestação desta índole poderia efetivamente gerar fundadas suspeitas na sociedade sobre a imparcialidade do suposto magistrado em casos que envolvessem o prefeito, o que o constituinte quis evitar.”

Efetivamente, **a única razão válida** para exigir-se alguma forma de restrição ao **direito de manifestação de magistrados** no campo político **há de situar-se na garantia para preservar as condições objetivas de imparcialidade do magistrado.**

Visa, portanto, “*impedir que a imparcialidade judicial seja comprometida pela ligação do magistrado com partidos políticos que podem ter interesses diretos ou indiretos no equacionamento de conflitos submetidos à apreciação jurisdicional*”.

Se assim é, e tudo leva a crer que assim deva ser, não há porque impor aos magistrados brasileiros, dos mais de 19 mil, as restrições contidas no artigo 3º e no inciso II do art. 4o.

Isso, porque, como lembra Marcelo Novelino, a vedação constitucional de atividade político-partidária NÃO afasta a liberdade de OPINIÃO político-partidária, mas sim a atividade ou o engajamento (Direito Constitucional, 6ª. Ed., SP, Editora Método, 2012, pg. 893):

“A terceira proíbe o magistrado de se dedicar à atividade político-partidária. Esta vedação tem por finalidade assegurar a necessária isenção do magistrado ao decidir sobre questões políticas, evitando favorecimento ou perseguições. Abrange não só filiação a determinado partido político, mas também a participação em campanhas políticas, apesar de não afastar a liberdade de opinião político-partidária. O magistrado que quiser se dedicar a este tipo de atividade deverá afastar-se, definitivamente, da magistratura, pedindo exoneração ou se aposentando. Para ser candidato deverá filiar-se a um partido político e afastar-se definitivamente de suas funções até seis meses antes das eleições, prazo de desincompatibilização estabelecido pela LC 64/1990 (TSE – Res – 22.156/2006, art. 13).”

Mesmo os juízes estaduais ou federais que vierem a ser designados, eventualmente, para atuar na Justiça Eleitoral, e tiverem antes realizado alguma manifestação política pública, (a) ou deverão se dar por suspeitos para julgar feito que assim o considere (b) ou serem objeto da devida exceção. Repita-se e insista-se: **Esse é o devido processo legal e não a imposição de restrições prévias ao direito de opinião no campo político.**

Por essa razão, a Resolução n. 305 do CNJ revela-se materialmente inconstitucional, ao estabelecer vedações de condutas não previstas na Constituição Federal ou na LOMAN.

Inconstitucional porque reduz a garantia da livre manifestação de pensamento prevista no inciso IV, do art. 5º, da CF. Inconstitucional também, porque vai além da proibição contida no inciso III, do § único, do art. 93, da CF, reproduzida na alínea “c”, do inciso II, do art. 26 da LOMAN.

V – A legitimidade da AMB para defender os direitos dos magistrados e o regular funcionamento do Poder Judiciário

A legitimidade ativa *ad causam* da autora decorre do art. 103, IX, da Constituição Federal, e do art. 2º, IX, da Lei 9.868/99, que autorizam a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por “entidade de classe de âmbito nacional”.

Nesse sentido, a autora representa, em âmbito nacional, a classe dos magistrados brasileiros, e apresenta, dentre os seus objetivos institucionais, tanto a defesa dos direitos da classe dos magistrados, como a defesa dos interesses difusos relacionados ao regular funcionamento do Poder Judiciário.

Acresce que, ao dispor sobre as condutas que deverão ser observadas ou vedadas aos magistrados, impondo-lhes uma conduta que nem a lei nem a Constituição estabeleceram, mostra-se clara a legitimação da AMB para impugnar a Resolução, uma vez que é manifesta a pertinência temática entre o objeto da ação e os fins da entidade.

Ademais, a jurisprudência dessa Corte já assentou também como uma das hipóteses de cabimento de ação direta de inconstitucionalidade à AMB, a de realizar a defesa do regular funcionamento do Poder Judiciário:

“EMENTA: MEDIDA LIMINAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA: § 2º DO ART. 45: REDAÇÃO ALTERADA PELA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 062/95-TRT/SC: PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE: JUIZ MAIS ANTIGO; VOTO SECRETO. PRELIMINAR: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB; LEGITIMIDADE ATIVA; PERTINÊNCIA TEMÁTICA. DESPACHO CAUTELAR, PROFERIDO NO INÍCIO DAS FÉRIAS FORENSES, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO (art. 21, IV e V do RISTF).

1. Preliminar: esta Corte já sedimentou, em sede de controle normativo abstrato, o entendimento da pertinência temática relativamente à legitimidade da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, admitindo que sua atividade associativa nacional busca realizar o propósito de aperfeiçoar e defender o funcionamento do Poder Judiciário, não se limitando a matérias de interesse corporativo (ADI nº 1.127-8).”

(STF, Pleno, ADI-MC nº 1303, Ministro Maurício Corrêa, DJ. 01.09.00)

No caso, está presente não apenas a legitimidade como também a pertinência temática, já que a AMB está questionando ato normativo (a) tendo em vista o interesse dos magistrados, (b) e também tendo em vista a necessidade de preservar o regular funcionamento do Poder Judiciário.

VI – Medida cautelar necessária

O ato normativo ora impugnado foi divulgado no DJ de 18/12/2019, 4ª feira, e considerado publicado no dia de hoje, 19/12/2019, 5ª feira, último dia de expediente forense do ano de 2019. A presente ação está sendo proposta, portanto, no mesmo dia da publicação, para que a Resolução possa ser objeto de imediata suspensão pelo relator designado.

Caso assim não ocorra, desde logo registra a AMB que o pedido de medida cautelar poderá ser examinado no recesso judiciário, pelo Vice-Presidente ou pelo Ministro mais antigo que puder examinar a pretensão, em razão do impedimento do Presidente desse STF e do CNJ para atuar como relator do feito, já que proferiu voto e assinou a Resolução, conforme previsto no § 9º do art. 67 do RISTF:

“Art. 67. Far-se-á a distribuição entre todos os Ministros, inclusive os ausentes ou licenciados por até trinta dias, excetuando o Presidente.

(...)

§ 9º O Ministro que tiver exercido a Presidência do Conselho Nacional de Justiça será excluído da distribuição de processo no qual se impugne ato por ele praticado em tal exercício.”

Afinal, inúmeros magistrados estarão sendo alcançados de forma imediata pela Resolução, causando um transtorno inaceitável diante do direito constitucional de que são titulares.

A hipótese é clara de aplicação subsidiária ao processo de controle concentrado de constitucionalidade, da regra do CPC pertinente às tutelas de evidência e de urgência.

Tutela de evidência porque a violação da constituição é flagrante, literal e manifesta.

Tutela de urgência porque não se pode permitir a manutenção da sua vigência, sob pena de aceitar uma subversão dos direitos e garantias constitucionais por meio **de ato normativo desprovido de legitimidade constitucional**.

O caso sob exame é típico de atuação dessa Corte em sede de medida cautelar, como previsto no art. 10, não se podendo cogitar sequer da aplicação do rito do art. 12 da Lei n. 9.869/98, porque tal rito não permitirá o exame da questão com a urgência exigível.

Daí o presente pedido para que V.Exa. eminente relator designado, examine e **defira o pedido de cautelar** por meio de decisão singular **para suspender a eficácia da Resolução n. 305 do CNJ**, ou, pelo menos o art. 3º e 4º II, na forma prevista no art. 10 da Lei n. 9.869/98.

VII – Pedido final

Deferida a medida cautelar e ouvido (a) o CNJ por meio do seu eminente Presidente, (b) a Advocacia Geral da União e o (c) Procurador Geral da República, requer a AMB que esse eg. Supremo Tribunal Federal julgue procedente o pedido de nulidade por inconstitucionalidade formal da totalidade da Resolução n. 305 do CNJ, de 17 de dezembro de 2019, com efeito *ex tunc*, ou o pedido de nulidade por inconstitucionalidade material dos artigos 3º e 4º, II, da Resolução n. 305, podendo, ainda, quanto ao artigo 3º, ser conferida interpretação conforme, para considerar as hipóteses nele previstas sem efeito vinculante, como mera recomendação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 100,00.

Brasília, 19 de dezembro de 2019.



Alberto Pavie Ribeiro
(OAB-DF, nº 7.077)

(AMB-STF-ADI-RedesSociais)